

Tecnologias digitais e a promoção da eficácia e da equidade no contexto escolar

Edvaldo Souza Couto¹

Maria do Carmo Gomes Ferraz²

Jucinara de Castro Almeida Pinto³

Resumo: A escola é uma instituição que reflete a dinâmica das relações sociais, não podendo ser analisada fora desse contexto dinâmico e contraditório. A nossa época é marcada pela cultura digital, pela sociedade em rede. Nesse contexto, o artigo discute a importância da inclusão das tecnologias digitais na sala de aula e suas contribuições no processo de aprendizagem a partir das experiências colaborativas, da criação, participação crítica, estética e vivências dos estudantes. O argumento desenvolvido é que as relações entre escola e tecnologias digitais, de forma interativa e crítica, contribuem para a consolidação da eficácia escolar na perspectiva da equidade e da justiça social. O artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e usos de dados que indicam o desempenho dos estudantes, na série inicial, dos Cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Câmpus de Barreiras, do ponto de vista da equidade.

Palavras-chave: cultura digital, inclusão escolar, eficácia, equidade

Digital technologies and the promotion of effectiveness and of equity in the school context

Abstract: School is an institution which reflects the dynamics of social relations, which may not be analyzed outside of this dynamic and adversarial context. Present day society is known as digital culture, as a network society. The article points out the importance of the inclusion of digital technologies in the classroom and their contributions to the learning process as for students' collaborative experiences, creation, critical participation, aesthetics and personal experiences. The argument developed here is that the relationship between school and digital technologies, in an interactive and critical way, contribute to the consolidation of school effectiveness from the equity perspective and social justice as well. The article is the result of a theoretical research and the use of data which indicate the performance of students, in the first

¹Doutor em Educação pela UNICAMP. Pós-Doutorado em Educação pela UFRGS. Professor na Graduação e Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Bahia - UFBA.

²Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Barreiras.

³Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Barreiras

Textura	Canoas	v. 19 n.40	p. 173-188	maio/ago. 2017
---------	--------	------------	------------	----------------

year, of High School Integrated to the Secondary Vocational Education, of the Federal Institute of Education in Bahia – Barreiras Campus, from the equity perspective.

Keywords: Digital Culture; School Inclusion; Efficacy; Equity.

INTRODUÇÃO

A sociedade em rede é caracterizada por grandes e rápidas transformações do ponto de vista tecnológico, científico e da informação. Quando ocorrem mudanças nas relações de produção, poder e experiência, uma nova sociedade poderá ser caracterizada. Assim, a cultura, as formas sociais de espaço e tempo passam por um processo de transformação multidimensional. A sociedade em rede ou capitalismo informacional é constituída de redes de produção, poder e experiência que constroem a cultura da virtualidade nos fluxos globais que alteram as relações de classes e proporcionam uma grande defasagem entre o desenvolvimento tecnológico e o subdesenvolvimento social.

Diante dessa realidade a escola como instituição reflete a dinâmica das relações sociais, bem como da política, cultura, economia e social, não podendo ser analisada fora desse contexto dinâmico e contraditório. Portanto, a educação reflete a sociedade na qual está inserida suas contradições e ambivalências.

Uma questão importante com relação à educação refere-se à qualidade, sendo este um conceito polissêmico. Baseada na relação insumos-processos-resultados, uma escola é considerada de qualidade, uma escola eficaz, quando produz resultados positivos. Uma escola de qualidade e que promove a equidade é uma escola preocupada com o acesso, a inclusão e o desempenho dos estudantes.

Um dos grandes desafios da educação brasileira diz respeito à equidade e à exclusão escolar. O conceito de exclusão escolar se refere a duas categorias analíticas, sendo elas: a exclusão da escola e a exclusão na escola, ou seja, o não acesso à escola, a evasão, a reprovação e a repetência. Na categoria “exclusão da escola” estão aqueles evadidos, bem como aqueles que não têm acesso a ela. No que se refere à categoria “exclusão na escola” trata-se dos fenômenos da repetência e da reprovação.

Nesse contexto, o artigo discute a importância da inclusão das tecnologias digitais nas escolas para contribuir com os processos de aprendizagem dos estudantes a partir de experiências colaborativas, de criação, participação crítica, estética e vivências dos estudantes no cotidiano da escola. O argumento desenvolvido é que as relações entre escola e tecnologias digitais, de formas interativas e crítica, contribuem para a consolidação da eficácia escolar na perspectiva da equidade e da justiça social. O estudo se organiza em três categorias e resulta de uma pesquisa bibliografia selecionada e de dados de desempenho de alunos do IFBA/Câmpus Barreiras. Na primeira, aborda a inclusão das tecnologias digitais e suas implicações no processo educativo. Na segunda, discute o conceito de eficácia escolar como garantia da qualidade na educação. A última trata da equidade na educação como forma de propiciar a igualdade de oportunidades quanto ao acesso e permanência com sucesso, isto é, um desempenho mais equânime, no sentido de garantir a justiça social aos sujeitos de direitos.

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NOS PROCESSOS EDUCATIVOS

A era da informação, denominada por Castells (1999) de *Sociedade em Rede*, é constituída de redes de produção, experiência e poder, que resultam na cultura da virtualidade nos fluxos globais que ultrapassam a noção de tempo e espaço construídos até então. A base material dessa sociedade corresponde ao informacionalismo, motivada pela revolução das tecnologias digitais, que ressaltam a formação de redes como modo dinâmico e auto expansível de organização da atividade humana.

Os processos de globalização da economia são fortemente influenciados pelos avanços das telecomunicações e da informática que redimensionam o papel do Estado. Dentro do contexto da sociedade em rede vale destacar a questão da construção das identidades diante das rápidas transformações na sociedade, na economia e na cultura e a criação de símbolos. Bauman (2008) propõe a substituição do termo identidades por “identificações”, como atividade permanente e inconclusa, na qual buscamos nos reconhecer. Neste sentido, a busca incessante por identidade seria consequência das tensões e pressões globalizantes e individualizadoras a que os seres estão submetidos com a quebra das fronteiras.

Kenski (2013) enfatiza a necessidade de compreendermos a influência das tecnologias digitais na nova dinâmica cultural no que diz respeito à relação tempo e o espaço, onde prevalece a lógica do passageiro, do pontual na medida em que tudo passa a ser descartável muito depressa. O mundo se acelera, o

avanço frenético das descobertas científicas impulsiona a produção e o consumo de novas formas de vida, permeadas pelas tecnologias. A partir daí, estamos todos inscritos na lógica do efêmero.

Diante dessa dinâmica o tempo não é mais cronológico, mas “intemporal”, determinado pela virtualidade real. A aceleração de tempo e espaço, sentida na atualidade, é reflexo do próprio ritmo imposto pelo uso ampliado das mais novas tecnologias digitais. A inovação passa ser a fonte decisiva da produtividade dessa nova economia global, bem como a competitividade e sua capacidade de ser flexível.

Nessa mesma perspectiva, Bauman (2008) afirma que uma mentalidade de “curto prazo” alterou a de “longo prazo”. Isso aconteceu em função da passagem da modernidade pesada para a modernidade leve ou liquefeita. Quando fala da versão da modernidade liquefeita, fluente, dispersa, espalhada e desregulada não considera que existe uma separação na comunicação, havendo na atualidade um rompimento entre capital e trabalho, sendo a incerteza uma força individualizante marcante no atual cenário. Portanto, o capital passa ser extraterritorial, leve, desembaraçado e desencaixado, numa extensão sem precedentes.

A nossa é a primeira cultura na história a não premiar a duração e a conseguir fatiar o tempo de vida em séries de episódios vividos com a intenção de protelar suas consequências duradouras e evitar compromissos firmes que tornariam tais consequências restritivas. A eternidade não importa, a não ser para a experiência instantânea. O “longo prazo” é apenas um pacote de *Eelbnisse* de curto prazo, receptivo a um incessante embaralhamento e sem uma ordem privilegiada de sucesso. O infinito foi reduzido a uma série de “aqui agora”; a imortalidade, à interminável reciclagem de nascimentos e mortes. (BAUMAN, 2008, p.313)

Diante dessa realidade a escola como instituição reflete a dinâmica das relações sociais, bem como da política, da cultura, da economia e do social, não podendo ser analisada fora desse contexto dinâmico e contraditório. Portanto, a educação reflete a sociedade na qual está inserida suas contradições e ambivalências.

Neste modelo de sociedade a educação é vista como uma cibereducação integradora (Barbosa & Kramer, 2007). Aqui a escola se torna híbrida, integrando homem e tecnologia. O homem se educa criticando e transformando o meio, tendo em vista critérios que promovam sua

humanidade. Nem sempre, no entanto, existe sintonia entre as inovações tecnológicas e as ações docentes. A escola e sua lógica da ordem ainda focada na modernidade não dá conta das necessidades dos jovens, diante das constantes mudanças nas construções das identidades e do conhecimento sempre como algo inacabado, complexo.

Nesse sentido, os currículos estabelecidos *a priori* não levam em consideração as reais necessidades e expectativas dos estudantes. É como se estivéssemos caminhando na contramão. A escola parece viver na era analógica e os estudantes cada vez mais inseridos na cultura digital. Não é difícil perceber uma completa desarticulação entre o modelo tradicional de educação em vigor e a sociedade em rede, marcada pelas conectividades.

Na cultura digital, a conquista da cidadania passa pela capacidade de compreender a sociedade para nela atuar, promover sua transformação. Assim, a chave de saída para enfrentar os desafios da educação na contemporaneidade passaria pela valorização do trabalho docente, a conexão em rede das escolas e as conectividades dos sujeitos envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem: estudantes, professores, funcionários e gestores.

Os computadores e as redes nos trazem inúmeras possibilidades de produção de conhecimentos e de culturas e não apenas de consumo de informações e, se não forem aprisionadas por teorias pedagógicas estreitas e imediatistas, podem contribuir para a formação de uma geração de pessoas geniais que estarão programando as máquinas, suas vidas, e, principalmente, os destinos do planeta e da humanidade. (PRETTO, 2013, p. 106)

Conectar escolas e sujeitos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagens em rede são experiências de um fazer educação por meio da participação ativa, das trocas intensas, da colaboração. Assim, os valores do modelo da transmissão dos saberes devem ser substituídos por uma ética e estética do fazer coletivo. Uma das características da educação na sociedade em rede é que os sujeitos aprendentes passam a ser produtores e difusores de conhecimentos. O debate de ideias e de métodos, presencial e na rede, deve estimular a todos que não recebem conteúdos prontos, mas discutem, encontram soluções para seus problemas, trocam experiências, criam e sociabilizam experiências conjuntas. A plena vivência da cultura digital na escola ressalta esses valores sempre em práticas colaborativas.

EFICÁCIA ESCOLAR COMO GARANTIA DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

As discussões anteriores sobre as tecnologias digitais nos processos educativos devem ser acompanhadas de análises sobre a eficácia e a equidade.

A eficácia escolar refere-se à capacidade que as escolas possuem para influir no desenvolvimento dos estudantes, como também saber os fatores que determinam uma escola eficaz.

O termo “eficácia escolar”, assim como a linha pesquisa que leva o seu nome, tem uma importante conotação negativa em grande parte de nossos países. Do nosso ponto de vista isso foi gerado, em grande medida, por uma confusão conceitual, talvez interessada, que fez com que se considerassem como estudos de eficácia escolar trabalhos enquadrados na linha de “produtividade escolar”. A diferença entre ambos os enfoques é radical. Enquanto os estudos sobre a produtividade têm raízes e desenvolvimento estritamente economicistas e buscam otimizar os insumos para conseguir os produtos (o que se entende como eficiência), os trabalhos de eficácia escolar são estudos puramente pedagógicos, aos quais interessa analisar quais processos redundam em melhores objetivos (ou seja, eficácia). (MURILLO, 2008, p. 468)

Sendo assim, uma escola pode ser considerada eficaz na medida em que consegue um desenvolvimento integral de todos os seus estudantes, em grupo e individualmente, superando as expectativas dos educadores. O rendimento prévio do aluno deve ser considerado, bem como a situação social, cultural e econômica das famílias. Isso posto, ela deve ser equânime; proporcionar o desenvolvimento integral do aluno, contribuindo para a felicidade, sua autoestima ou sua atitude criativa e crítica.

No que diz respeito às pesquisas desenvolvidas sobre fatores da eficácia escolar na América Ibérica dois fatores devem ser destacados: os recursos humanos e materiais, a qualidade do docente e de suas condições para desempenhar seu trabalho. Os trabalhos dos pesquisadores com relação à eficácia escolar podem contribuir para a equidade e a qualidade na educação formal:

Os estudos sobre eficácia escolar realizados na América Ibérica podem ser agrupados em quatro áreas ou linhas de trabalho: estudos sobre eficácia escolar; estudos que procuram encontrar relação entre determinados fatores de desempenho; avaliações de

programas de melhoria; estudos etnográficos sobre a escola.
(MURILLO, 2008, p. 471)

A polêmica sobre escola eficaz surge a partir do relatório Coleman, na década de sessenta, numa pesquisa realizada para saber o efeito da escola na distribuição das diferentes oportunidades educacionais nos Estados Unidos. Segundo Soares e Brooke (2008, p. 15) o relatório provocou uma surpresa por contrariar a visão liberal, até então dominante, e sinalizar as limitações do sistema educacional na sua capacidade de promover a igualdade. Neste período, a visão sistêmica destacava a importância dos “*inputs* ou insumos” escolares, em termos de equipamentos e outras condições de funcionamento da escola, que determinavam seus *outputs* ou resultados. Discordando do resultado da pesquisa com relação à importância da escola na aprendizagem dos estudantes, os autores afirmam:

A conclusão se torna evidentemente absurda quando se leva em conta o quanto cada aluno pode, individualmente, aprender na escola. A capacidade do aluno de ler, de escrever e de adquirir todos os outros conhecimentos, atitudes e valores ao longo da sua experiência escolar se deve, em grande medida, àquilo que a escola consegue realizar. Portanto, a escola faz muita diferença para o aluno. (BROOKE e SOARES, 2008, p. 16)

Portanto, o conceito de eficácia refere-se às características associadas à qualidade da educação e à equidade. Corresponde à capacidade das escolas de proporcionar aquilo que a comunidade espera delas, ou seja, se as escolas estão cumprindo sua função de reduzir as diferenças e promover a igualdade. Uma escola eficaz é aquela onde os estudantes progridem mais do que se poderia esperar, dadas as suas características ao serem admitidos. Assim, a escola faz a diferença acrescentando um valor adicional ao desempenho dos seus estudantes, comparando com outras escolas com estudantes que apresentam as mesmas características.

O estado-da-arte da pesquisa em eficácia elenca os fatores fundamentais para escolas eficazes como sendo:

Uma liderança profissional firme e objetiva com enfoque participativo; objetivos e visão compartilhados com unidades de propósitos e prática consistente; um ambiente de aprendizagem de forma ordenado e trabalho atraente; concentração no ensino e na aprendizagem com foco no desempenho e ênfase acadêmica com maximização de tempo de aprendizagem; ensino e objetivos claros, organização eficiente ensino adaptável; altas expectativas com relação aos estudantes e sua comunicação de expectativas,

fornecimento de desafios intelectuais; incentivo positivo disciplina clara e justa *feedback*; monitoramento do progresso do desempenho do aluno e avaliação do desempenho da escola; direitos e responsabilidades do aluno no sentido de aumentar a autoestima, posições de responsabilidade controle dos trabalhos; parceria casa-escola envolvimento dos pais na aprendizagem de seus filhos; uma organização orientada à aprendizagem desenvolvimento de pessoal baseada na escola. (SAMMONS, 2008, p.351)

A literatura brasileira no que diz respeito à eficácia escolar é recente e aponta para os seguintes fatores associados a este fenômeno: recursos escolares; organização e gestão da escola; clima acadêmico; formação e salário docente e ênfase pedagógica. Todavia, alguns desses fatores estão fora do alcance da grande maioria das escolas públicas na Educação Básica que abarca o correspondente a 90% das matrículas, segundo Alves e Franco (2008). Desta forma, as pesquisas sobre fatores de eficácia escolar dizem respeito à avaliação das instituições de ensino com relação à aprendizagem dos estudantes e seu desempenho acadêmico.

Com relação à primeira categoria, recursos escolares, destacam-se a importância dos equipamentos e do prédio escolar e sua conservação para o desempenho dos estudantes, quando efetivamente usados de modo adequado na escola (FERRARO, 2004). Na segunda categoria, organização e gestão da escola, a figura do diretor e sua dedicação é fator de eficácia escolar. Considerando que a eficácia escolar diz respeito, também, à questão da qualidade na educação, uma educação de qualidade implica em capacitar o indivíduo para que possa se tornar ser ativo, capaz de realizar mudanças no ambiente em que está inserido a partir da sua compreensão da realidade.

Soares (2007) afirma que o nível socioeconômico das famílias tem influência no nível esperado nos resultados de estudantes. Entretanto, existem escolas que são mais bem-sucedidas que outras considerando as condições sociais. Para ele, o sistema escolar sozinho não consegue mudar esta determinação social.

Desse modo, a promoção da eficácia é um elemento importante para se avaliar a qualidade educacional. Entretanto, a qualidade educacional é um conceito fluido, polissêmico, complexo, cuja apreensão, que se deseja objetiva, será sempre parcial, incompleta. É necessário que se faça uso de indicadores na aferição da qualidade em educação. O conceito de qualidade educacional

deve ser investigado em cinco dimensões, a saber: eficácia, eficiência, efetividade, equidade e satisfação.

Com relação aos indicadores estes devem ser entendidos como instrumentos de categorização que buscam favorecer a construção de representações cognitivas sobre o real, ou seja, subsidiar o processo de construção de conceitos e de relações entre conceitos (FERREIRA e TENÓRIO 2010). Nesse contexto, a avaliação em educação passa a ter um destaque especial no sentido de compreender a dinâmica do processo social de exclusão dos estudantes da e na escola na perspectiva de uma educação de qualidade.

A eficácia, compreendida desse modo, não pode mais acontecer na escola fora das conectividades. Assim, a escola, sobretudo para os excluídos do ponto de vista econômico, deve ser o lugar da inclusão digital, reforçando a possibilidade da inserção dos sujeitos aprendentes na sociedade em rede (NEVES e COUTO, 2012). Vivenciar ativamente as dinâmicas interativas das conectividades se torna um caminho de construir a eficácia escolar por meio da participação colaborativa.

EQUIDADE NA EDUCAÇÃO - UMA FORMA DE PROPICIAR A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA OS ESTUDANTES

O termo equidade, de origem latina, relaciona-se com os conceitos de igualdade, direitos e justiça social. Portanto, está relacionado ao direito de se possuir diferenças reconhecidas legalmente na sociedade. O que caracteriza a equidade é a possibilidade de se ter as diferenças reconhecidas, ou seja, o direito à heterogeneidade:

É um princípio de justiça social que supõe o respeito às diferenças como condição para atingir a igualdade. Esse princípio permite demonstrar que igualdade não significa homogeneidade, isto é, o não reconhecimento das diferenças entre as pessoas. (SPOSATI, 2010, página web)

Nesta perspectiva, a equidade constitui um valor ético caro à civilização. No que diz respeito ao processo educacional, significa o direito ao acesso e permanência na educação pública de qualidade a todos sem qualquer tipo de discriminação, especialmente àqueles segmentos sociais que já são excluídos do ponto de vista econômico e social, devendo esta ser pautada no respeito às necessidades e nas diferenças das subjetividades dos estudantes. Sendo assim, está relacionada à perspectiva dos direitos sociais.

Nessa linha de raciocínio Bobbio (1992, p. 61) afirma que: “[...] no Estado de direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de direito é o Estado dos cidadãos.” Sendo assim, cabe ao Estado garantir políticas afirmativas como forma de acesso e de garantia à equidade numa perspectiva de direitos do homem, avaliando esse processo e redirecionando, quando necessário, para que seja efetivamente garantida a justiça social.

Independentemente de qualquer consideração histórica, a relação entre o nascimento e crescimento dos direitos sociais, por um lado, e a transformação da sociedade, por outro, é inteiramente evidente. Prova disso é que as exigências de direitos sociais tornaram-se tanto mais numerosas quanto mais rápida e profunda foi a transformação da sociedade. Cabe considerar, de resto, que as exigências que se concretizam na demanda de uma intervenção pública e de uma prestação de serviços sociais por parte do Estado só podem ser satisfeitas num determinado nível de desenvolvimento econômico e tecnológico; e que, com relação à própria teoria, são precisamente certas transformações sociais e certas inovações técnicas que fazem surgir novas exigências, imprevisíveis e inexequíveis antes que essas transformações e inovações tivessem ocorrido. (BOBBIO, 1992, p.76)

Deste modo, considerando a educação numa perspectiva dos direitos do homem, especialmente ligada à mudança da sociedade e às suas necessidades em termos de justiça social e desenvolvimento econômico, aponta-se a importância da discussão da equidade nesse processo. Na educação, o termo equidade está relacionado ao acesso de todos à educação na perspectiva de justiça social e dos direitos sociais. Logo, a equidade não se refere apenas à possibilidade de todos terem acesso, mas refere-se, ainda, à possibilidade do sucesso em termos de aprendizagem no sistema educacional e no reconhecimento às diferenças e tratamento diferenciado na medida das suas necessidades específicas. Não havendo, assim, discriminação de qualquer espécie entre os estudantes com relação à aprendizagem e ao seu desempenho acadêmico no sistema educacional formal considerando as suas subjetividades.

Quando se levanta a questão da importância da equidade é necessário ponderar que a educação deve ser de qualidade no sentido de garantir a inserção dos estudantes na sociedade em rede e suas demandas em termos de conhecimentos e crescimento pessoal como cidadão que atua e transforma o seu contexto. Uma sociedade justa é aquela na qual a igualdade e a equidade substantivas são os princípios fundamentais na sua estruturação. Assim, as

políticas públicas têm na igualdade e na equidade valores fundamentais para a consolidação da justiça social da solidariedade, afirma:

A adoção de políticas públicas de igualdade e de equidade substantivas é o caminho para fazer prevalecer, em sentido axiológico, o espírito dos valores mais caros da humanidade e, também, para a melhorar a vida em sociedade em todos os campos, a despeito das barreiras e óbices do capitalismo (dos capitalistas) para a efetivação de políticas igualitárias. (AZEVEDO, 2013, p. 144)

Refletir sobre a educação pública brasileira e seus indicadores de desempenho nos remete a pensar a sociedade e suas desigualdades substantivas. Neste sentido, o conceito de equidade simplesmente ligado à igualdade de oportunidades não dá conta de atender às reais necessidades da educação pública. As escolas precisam de mais recursos de acordo com a sua realidade e seu contexto político e regional. Os professores necessitam de atualização pedagógica a partir das suas experiências e vivências na perspectiva de um trabalho coletivo e solidário para atender as especificidades dos seus estudantes com relação às suas demandas.

Por conseguinte, a continuar a política de “direito igual” entre desiguais, como ocorre na educação brasileira, a tendência é a reprodução social das desigualdades na forma, por exemplo, da “adaptação” das escolas às condições sociais, culturais e econômicas dos estudantes. (AZEVEDO, 2013, p. 142)

Segundo esta linha de raciocínio, numa sociedade como no caso da brasileira marcada pelas desigualdades e injustiças sociais, bem como da exclusão dos menos favorecidos do ponto de vista social e econômico, é necessário e pertinente o tratamento diferenciado aos educandos no sentido de atender às reais demandas e as especificidades dos sujeitos de direitos como forma de garantir a equidade, considerando as suas subjetividades.

Isto posto, observa-se que a educação pública brasileira precisa melhorar os indicadores de desempenho dos estudantes com relação aos índices de repetência e de evasão escolar, pois ocorre um processo de exclusão dos estudantes na escola no que diz respeito à sua promoção e regularização do fluxo, conforme sinalizam os indicadores de desempenho dos dados do IDEB, SAEB e do PISA, no sentido de garantir a equidade e a justiça social.

No IFBA/Câmpus Barreiras, no ano letivo de 2013, conforme tabelas um e dois, abaixo, foi identificado um índice de reprovação de 49,2% na série

inicial, na modalidade integrada. Quando se refere aos cotistas estes percentuais chegam a 69,4%, *versus* 20,7% de aprovação, o que mostra que não há equidade no que se refere à inclusão dos estudantes e atendimento as suas reais necessidades, especialmente no que diz respeito ao seu desempenho acadêmico e fluxo escolar. Portanto, este fenômeno contribui para a exclusão dos estudantes na escola, não garantindo, assim, o acesso com sucesso a uma significativa parcela de estudantes.

Tabela 1-Desempenho dos estudantes cotistas no ano letivo de 2013, no IFBA - Câmpus de Barreiras, na série inicial, dos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

DESEMPENHO	CURSOS						TOTAL	
	ALIMENTOS		EDIFICAÇÕES		INFORMÁTICA			
	N	%	N	%	N	%	N	%
APROVADOS	3	2,5	6	4,0	4	1,9	3	0,7
REPROVADOS	8	5,0	0	9,8	9	5,9	7	9,4
CANCELAMENTOS	1	,2	2	,6	-	-	3	,7
TRANSFERIDOS	2	,3	5	1,6	1	,2	8	,2
TOTAL	4	00	3	00	4	00	11	00

Com base nos dados da TABELA 1 e considerando a rapidez dos avanços tecnológicos na sociedade, a educação precisa estar articulada com esse processo de forma dinâmica para fazer frente à exclusão dos estudantes na escola. Nessa perspectiva, concordamos com Pretto (2010, p. 315) quando defende uma pedagogia da diferença que em função da existência da hipertextualidade venha a fortalecer uma rede não linear de diferenças. Nesse contexto, a criação, o diálogo, a interação, o respeito às diferenças, a inserção no ciberespaço, a democracia, a ciberdemocracia e as decisões coletivas constituiriam elementos estratégicos no processo educacional.

Tabela 2-Desempenho dos estudantes no ano letivo de 2013, no IFBA-Câmpus de Barreiras, na série inicial, dos Cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

DESEMPENHO	CURSOS						TOTAL	
	ALIMENTOS		EDIFICAÇÕES		INFORMÁTICA			
	N	%	N	%	N	%	N	%
APROVADOS	6	9,1	8	9,0	5	7,4	39	2,0
REPROVADOS	1	5,4	0	8,8	2	4,8	63	9,2
CANCELAMENTOS	1	,1	2	,6	-	-	3	,0
TRANSFERIDOS	4	,4	3	0,6	9	,8	6	,8
TOTAL	2	00	23	00	16	00	31	00

Diante do exposto na TABELA 2 as perguntas que fazemos são: 1) Garantir o acesso dos estudantes através da política das cotas sociais na rede pública de ensino é suficiente para garantia da equidade? 2) Que políticas, programas e estratégias se fazem necessárias para o reconhecimento das diferenças individuais, bem como os tempos de aprendizagens dos estudantes a partir das suas necessidades e vivências e subjetividades para garantia efetiva da equidade?

Para fazer frente a estas demandas, acreditamos que o desenvolvimento de projetos de intervenção no uso das tecnologias digitais deve ser uma forma de garantir a permanência do aluno na escola com um desempenho satisfatório, reconhecendo as suas diferenças. As tecnologias digitais criam as redes que possibilitarão articular a escola que ainda trabalha na perspectiva da ordem da modernidade e a que é conectada com o mundo contemporâneo em outra ordem.

O resultado do desempenho dos estudantes do IFBA-Barreiras mostra que o nosso sistema educacional precisa avançar muito em termo de qualidade da educação, da eficácia e da equidade, haja vista os últimos desempenhos dos estudantes. Daí a defesa e reconhecimento da utilização das tecnologias

digitais como uma das possíveis estratégias viáveis para a promoção da equidade e a eficácia das escolas. Inserir as escolas e as ações docentes na cultura digital significa promover a aprendizagem dos estudantes de forma criativa, colaborativa, respeitando as diferenças do seu desenvolvimento. Esses modos de fazer “educações” não são possíveis fora das conectividades, desarticuladas das produções e trocas em redes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias digitais conectam escolas e sujeitos aprendentes. A comunicação constante em rede pode ser um dos instrumentos a serviço da equidade e da eficácia, e podem contribuir para diminuir a repetência e a evasão escolar, na medida em que torna possível outra perspectiva de aprendizagem, de forma mais dinâmica, alegre, contextualizada, interativa, colaborativa, a partir dos interesses e das necessidades dos estudantes, num fazer pedagógico de solidariedade, criação, autoria e incentivo à criação do conhecimento de forma afetiva e motivadora. Sendo assim, tornar a escola um objeto de desejo dos estudantes passa a ser uma necessidade dos educadores comprometidos com a inclusão digital, com o acesso e permanência e com o sucesso de crianças, jovens e adultos. A conectividade integra e aproxima as pessoas em redes de aprendizagens colaborativas, pois isso constrói uma escola que possa acabar com a prática da seletividade, da exclusão social e autoritarismo para com seus estudantes.

Assumir responsabilidades com os sujeitos aprendentes, num país marcado pelas desigualdades sociais, corresponde à luta pela eficácia e equidade, por uma educação de qualidade, onde a exclusão dos estudantes da escola seja uma página virada da nossa história educacional. Garantir a entrada e a permanência com sucesso dos estudantes é o mínimo que pode ser feito num país de tantas injustiças sociais. Promover esse ambiente que aproxima ao invés de afastar as pessoas corresponde a um compromisso político dos profissionais da educação no sentido de superar as diferenças de raça, cor, gênero, minorias e nível socioeconômico que possam interferir no desempenho dos estudantes.

A cultura digital na escola deve ressaltar modelos pedagógicos dinâmicos que passam pela defesa da autonomia da escola. Esse processo deve considerar a realidade e reais necessidades dos estudantes e as mudanças que ocorrem de forma rápida na sociedade, na economia, na política e na cultura e assim construir a sua própria história, a partir do seu contexto, de forma colaborativa, generosa, através de trabalho coletivo envolvendo educadores,

comunidade, estudantes e equipe gestora. Nosso estudo conclui que é preciso se comprometer com as mudanças que a educação deve enfrentar para promover a equidade, eficácia e a justiça social na era das conectividades. Para isso novas políticas públicas devem ser implementadas a partir da discussão com a sociedade civil e com os educadores e a elaboração do Plano Nacional de Educação, bem como os investimentos necessários com relação à educação, como por exemplo, a aplicação de 10% do PIB, que deve ser destinada para a educação pública.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FRANCO, Creso. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil. In SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel. *Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. *Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v.18, n.1, p. 129 – 150, mar. 2013. Disponível em: www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/08.pdf. Acesso em: 24 fev. 2014.

BARBOSA, Antônio Flávio; KRAMER, Sônia. *Contemporaneidade, educação e tecnologia*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1037-1057, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 24 fev. 2015.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf> Acesso em: 05 de fev. de 2015.

FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira. Avaliação educacional e indicadores de qualidade: um enfoque epistemológico e metodológico. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; LOPES, Uaçaí de Magalhães (Orgs). *Avaliação e gestão: teorias e práticas*. – Salvador: EDUFBA, 2010.

FERRARO, Alceu Ravello. Escolarização no Brasil na ótica da exclusão. In: MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández. *Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e tempo docente*. – Campinas, SP: Papyrus, 2013. – (Coleção Papyrus Educação).

MURILLO, Francisco Javier. Um panorama da pesquisa ibero – americana sobre a eficácia escolar. In SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel. *Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

NEVES, Barbara Coelho; COUTO, Edvaldo Souza. Convergência de recursos e mediação para inclusão digital: casos baianos. *Educar em Revista* (Impresso), v. 46, p. 245-257, 2012. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/21551>. Acesso em 21/03/2016.

PRETTO, Nelson de Luca. *Reflexão: ativismo, redes sociais e educação*. Salvador: EDUFBA, 2013.

SAMMONS, Pam. As características-chave das escolas eficazes. In SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel. *Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel. *Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFDMG, 2008.

SPOSATI, A. Equidade, In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: *trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <http://www.gestrado.org/pdf/270.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2015.

Recebido em 03/06/2016
Aprovado em 13/02/2017